

## Contas Nacionais Trimestrais Por Sector Institucional (Base 2006)

4º Trimestre de 2011 e Ano 2011

### **A necessidade de financiamento da economia fixou-se em 5,1% do PIB em 2011**

Em 2011, a necessidade de financiamento da economia em percentagem do PIB diminuiu para 5,1% (8,3% em 2010). Esta redução resultou dos efeitos conjugados do aumento da poupança bruta corrente e da diminuição da Formação Bruta de Capital.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas reduziu-se, passando de 9,8% em 2010 para 4,2%, o que em parte refletiu o impacto da transferência de carácter extraordinário dos fundos de pensões de instituições financeiras. Pelo mesmo motivo, o setor das Sociedades Financeiras registou em 2011 uma necessidade de financiamento de 0,2% do PIB (capacidade de financiamento de 2,3% em 2010).

A capacidade de financiamento das Famílias fixou-se em 4,2% do PIB em 2011, menos 0,4 p.p. que em 2010. A poupança diminuiu 6,4% em 2011, associada à redução de 1,0% do rendimento disponível. As remunerações diminuiram 1,2% enquanto os impostos sobre o rendimento aumentaram 10%.

Os resultados apresentados (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) correspondem à primeira versão do 4º trimestre de 2011 das Contas Trimestrais por Sector Institucional (CTSI). Esta versão tem uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. A análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se, ou a anos civis completos, ou ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente.

As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

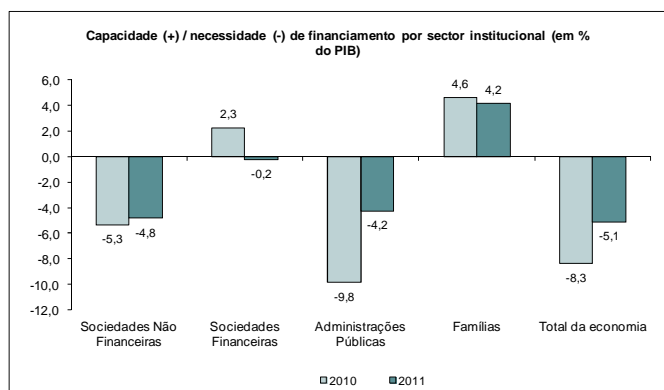
Contas Nacionais – 4º trimestre de 2011

Neste “Destaque” descreve-se nas próximas secções: (i) a evolução dos principais agregados por sector institucional, para o ano de 2011 e, em especial, no 4º trimestre de 2011; (ii) a evolução do rendimento nacional bruto e do rendimento disponível da nação; (iii) o comportamento das remunerações e dos custos de trabalho por unidade produzida; (iv) os principais fatores subjacentes à revisão das estimativas anteriores.

## A necessidade de financiamento da economia diminuiu em 2011 para 5,1% do PIB

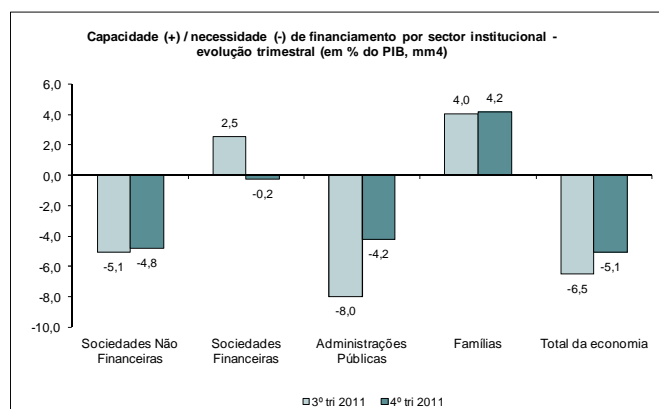
A necessidade de financiamento da economia diminuiu de 8,3% do PIB em 2010 para 5,1% em 2011.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) reduziu-se, passando de 9,8% em 2010 para 4,2%<sup>1</sup> em 2011. Esta redução foi significativamente influenciada pelo impacto da transferência de carácter extraordinário dos fundos de pensões de instituições financeiras para o setor das AP na medida em que correspondeu a 3,5% do PIB. Para o conjunto dos restantes setores internos, a necessidade de financiamento representou 0,9% do PIB em 2011, o que compara com uma capacidade de financiamento de 1,5% do PIB no ano anterior. No entanto, esta evolução está influenciada pela referida transferência de fundos de pensões, que teve um impacto significativo no saldo do setor das Sociedades Financeiras (que se fixou em -0,2% do PIB em 2011).



Em termos de evolução trimestral, tendo como referência médias móveis de quatro trimestres (mm4), o gráfico seguinte apresenta a comparação entre o 3º e o 4º trimestre de 2011. O efeito das transferências de

fundos de pensões, que se registou no 4º trimestre de 2011, determinou em larga medida a melhoria substancial do saldo das AP e a correspondente deterioração do saldo das sociedades financeiras. No entanto, é de salientar que, do 3º para o 4º trimestre, houve uma redução da necessidade de financiamento do setor das sociedades não financeiras e um aumento da capacidade de financiamento das famílias<sup>2</sup>.



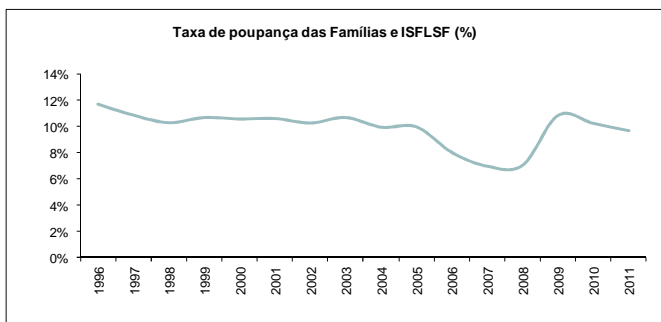
## Famílias: taxa de poupança diminuiu para 9,7% do rendimento disponível

A capacidade de financiamento das famílias diminuiu, em 2011, em cerca de 0,4 pontos percentuais (p.p.), para 4,2 % do PIB. Esta redução traduziu a diminuição da poupança corrente. Efetivamente, em 2011, a taxa de poupança das Famílias fixou-se em 9,7% do respetivo rendimento disponível, diminuindo 0,5 p.p. relativamente a 2010. Esta diminuição tem subjacente uma redução de 1,0% do rendimento disponível em 2011, parcialmente compensada pelo decréscimo de 0,4% da despesa de consumo final.

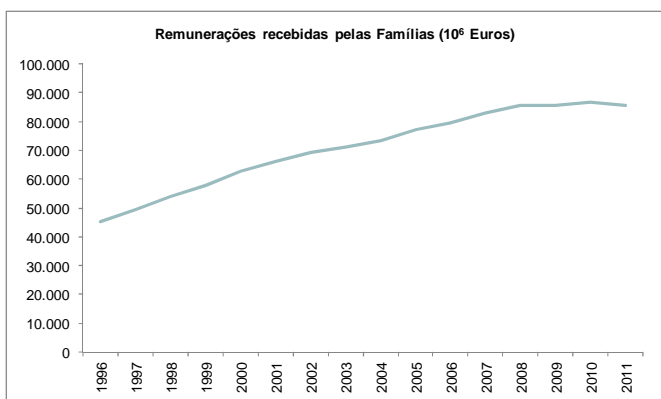
défices excessivos (B9 PDE) devido ao diferente tratamento de operações de "swaps".

<sup>2</sup> Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas (código S14) e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (código S15).

<sup>1</sup> Refira-se que o saldo das AP aqui considerado (B9 SEC) difere ligeiramente do saldo apurado para efeito do procedimento dos



A redução do rendimento disponível foi determinada sobretudo pelos comportamentos das remunerações e dos impostos sobre o rendimento. As remunerações recebidas pelas Famílias diminuíram 1,2% em 2011 e os impostos sobre o rendimento aumentaram 10,0%.



Em termos de evolução trimestral, a capacidade de financiamento das Famílias aumentou para 4,2% do PIB, mais 2 p.p. que no ano terminado no trimestre anterior. Este aumento foi devido à evolução favorável das operações de capital, que compensou a diminuição da poupança de 1,2% no ano terminado no 4º trimestre de 2011 (variação positiva de 2,0% no ano acabado no trimestre anterior).

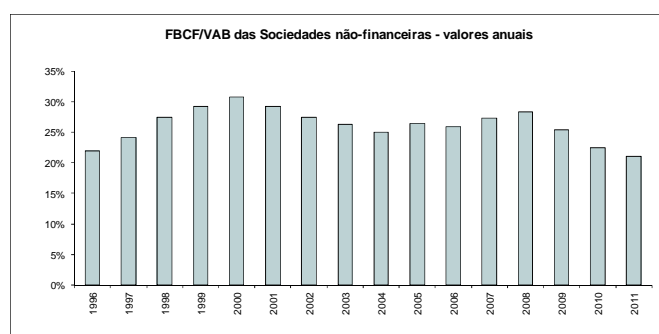
A despesa de consumo final das Famílias manteve a tendência decrescente iniciada no ano acabado no 3º trimestre de 2011, com taxas de variação negativas de 0,8% no ano acabado no 4º trimestre e 0,1% no ano terminado no trimestre anterior. A redução do consumo refletiu a diminuição do rendimento disponível de 0,9% (variação positiva de 0,1% no ano acabado no

trimestre anterior). A evolução observada do rendimento disponível para o ano acabado no 4º trimestre foi determinada pela diminuição das remunerações (variação de -0,6%), pelo aumento dos impostos sobre o rendimento (variação de 7,3%) e pela diminuição do excedente bruto de exploração (variação de -1,2%). O saldo dos rendimentos de propriedade das Famílias manteve-se positivo e aumentou 0,3% no ano acabado no 4º trimestre de 2011 (+7,2% no ano acabado no 3º trimestre).

### Sociedades Não Financeiras: formação bruta de capital fixo diminuiu 6,3% em 2011

Relativamente a 2010, a necessidade de financiamento destas sociedades diminuiu 0,5 p.p. fixando-se em 4,8% do PIB em 2011, não obstante a redução significativa da respetiva poupança corrente, que passou de 6,4% do PIB em 2010 para 4,9% em 2011.

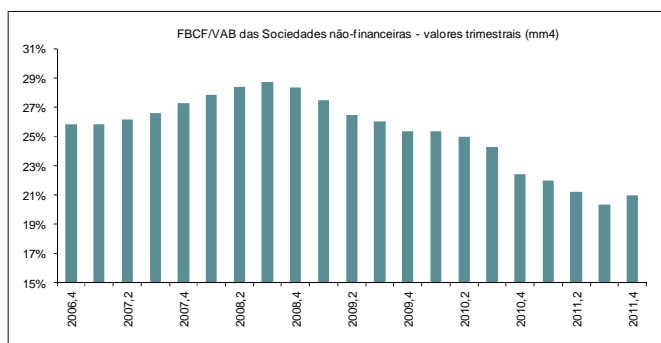
A diminuição da necessidade de financiamento refletiu essencialmente a redução da formação bruta de capital fixo (FBCF). Efetivamente, em 2011, a FBCF das sociedades não financeiras diminuiu 6,3% (variação de -8,7% em 2010). A taxa de investimento (medida através do rácio entre a formação bruta de capital fixo e o valor acrescentado bruto do setor) manteve uma trajetória decrescente, atingindo 21,0% em 2011 (22,4% em 2010).



A redução da necessidade de financiamento do setor das Sociedades Não Financeiras refletiu ainda o efeito de base da transferência extraordinária dos fundos de pensões da Portugal Telecom para a Caixa Geral de Aposentações, realizada no final de 2010 e com impacto negativo, nesse período, no saldo deste setor.

Em termos trimestrais, as Sociedades Não Financeiras diminuíram a sua necessidade de financiamento em 0,3 p.p. no 4º trimestre de 2011 face ao trimestre anterior.

A taxa de investimento, obtida pelo rácio da Formação Bruta de Capital Fixo sobre o Valor acrescentado bruto (VAB), aumentou 0,6 p.p. no 4º trimestre (ver gráfico seguinte). Este aumento da taxa de investimento está no entanto influenciado por um efeito de base relacionado com a reclassificação de investimento no 4º trimestre de 2010, entre este setor e o setor das AP (ver destaque de 23 de abril de 2011 relativo ao procedimento dos défices excessivos).



### Sociedades Financeiras: aumento da poupança corrente

Em 2011, o setor das Sociedades Financeiras registou uma necessidade de financiamento de 0,2% do PIB (capacidade de financiamento de 2,3% em 2010). Esta situação refletiu a já referida transferência dos fundos de pensões das instituições bancárias para a segurança social, tendo por isso um carácter extraordinário. A

poupança corrente do setor, que não é afetada por aquela transferência, registou em 2011 um aumento de 27,6% (-5,9% em 2010). Este comportamento foi determinado pela expressiva redução da distribuição de lucros do setor.

Em termos de evolução trimestral (mm4), as Sociedades Financeiras apresentaram uma capacidade de financiamento de 2,5% do PIB no 3º trimestre de 2011 e uma necessidade de financiamento de 0,2% do PIB no 4º trimestre. Esta evolução refletiu essencialmente a referida transferência dos fundos de pensões das Sociedades Financeiras para a segurança social.

### Sector das Administrações Públicas: Redução do défice

Em 2011, o sector das Administrações Públicas registou uma necessidade de financiamento de 4,2% do PIB, menos 5,6 p.p. que em 2010. Esta redução da necessidade de financiamento resulta, em grande medida, de uma poupança corrente menos negativa em cerca de 3,5 mil milhões de euros que em 2010 e de um aumento do saldo das transferências de capital em 4,3 mil milhões de euros (ver quadro seguinte<sup>3</sup>). Relativamente à evolução da poupança corrente, destaca-se a redução da despesa de consumo final das AP, onde se evidencia a diminuição da despesa das AP com remunerações, do consumo intermédio e das transferências sociais em espécie, e o aumento das receitas fiscais em 1,9 mil milhões de euros, concentrado basicamente nos impostos sobre rendimento e património. O comportamento do saldo das transferências de capital traduz a transferência de

fundos de pensões de instituições financeiras para as AP. A contribuir também para a redução da necessidade de financiamento das AP é de salientar a variação negativa de 28,8% na Formação Bruta de Capital em 2011.

da despesa de consumo final das AP associada, em parte, ao comportamento das remunerações e do consumo intermédio, e do aumento das receitas fiscais. O comportamento do saldo das transferências de capital traduziu a transferência do património do fundo de pensões de instituições financeiras para as AP.

Unid: 10<sup>6</sup>euro

Receitas e Despesas das Administrações Públicas	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas totais	69673,6	70697,0	66706,9	71506,3	76369,1
Receita corrente	68356,0	69446,7	65460,8	66853,2	68852,1
Impostos sobre o rendimento e património	16084,4	16644,2	15146,3	15189,0	16887,3
Impostos sobre a produção e importação	24527,3	24213,5	21486,7	23154,4	23327,2
Contribuições sociais	19648,1	20502,8	21031,2	21130,4	21057,8
Vendas	4051,6	4170,6	4068,8	4124,6	4271,1
Outras receitas correntes	4044,5	3915,5	3727,7	3254,9	3308,7
Receitas de capital	1317,7	1250,4	1246,2	4653,1	7517,0
Despesas totais	75112,7	77055,3	83842,4	88502,4	83615,0
Despesa corrente	69512,6	71755,2	77155,6	78749,7	77215,2
Prestações sociais	31311,1	33184,4	37007,6	37829,8	37844,4
Despesas com pessoal	20473,2	20676,9	21385,7	21093,3	19370,4
Juros	5084,0	5311,2	4807,5	4982,0	6605,5
Consumo intermédido	7380,2	7637,1	8389,9	8744,6	7861,9
Subsídios	1349,2	1167,7	1270,6	1193,3	1182,7
Outra despesa corrente	3915,0	3778,0	4294,4	4906,6	4350,5
Despesa de capital	5600,1	5300,1	6686,8	9752,7	6399,7
Formação bruta de capital fixo	4509,1	3427,4	5244,3	6459,5	4428,0
Outra despesa de capital	1091,0	1872,7	1442,5	3293,3	1971,8
Saldo B.9 SEC95	-5439,1	-6358,3	-17135,4	-16996,1	-7245,9
Saldo B.9 PDE	-5332,8	-6235,6	-17103,3	-16950,1	-7262,5

### Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto diminui 1,3% em 2011

Em 2011, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) apresentou, em termos nominais, uma taxa de variação de -1,3%, inferior em 0,3 p.p. à taxa de variação do PIB, refletindo o aumento do défice dos rendimentos primários (remunerações do trabalho e do capital) com o exterior. Os rendimentos primários recebidos do exterior registaram uma diminuição de 12,6%, enquanto os rendimentos primários pagos registaram uma diminuição menos intensa (6,6%).

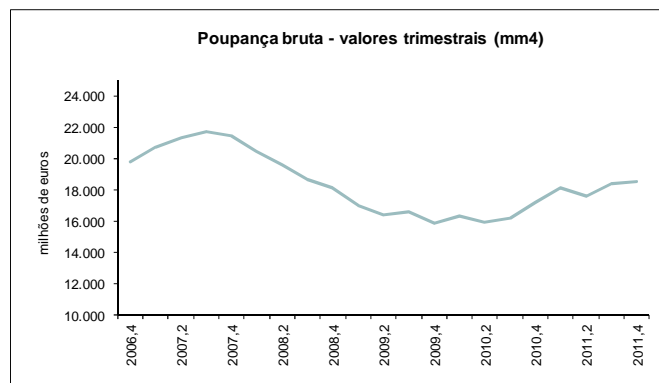
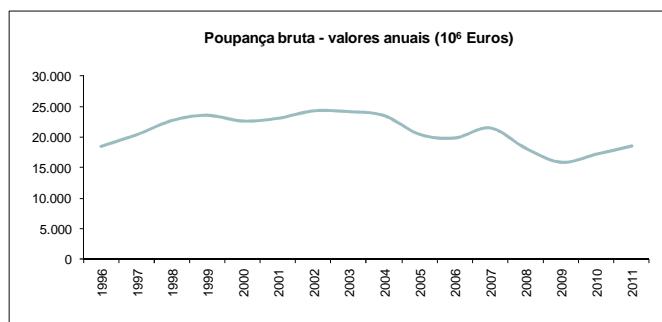
Ano	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação (%)	milhões de euros	taxa de variação (%)	milhões de euros	taxa de variação (%)
1996	93 216	6,1	93 213	5,9	95 789	5,6
1997	101 146	8,5	100 523	7,8	103 164	7,7
1998	110 377	9,1	109 539	9,0	112 213	8,8
1999	118 661	7,5	117 489	7,3	120 356	7,3
2000	127 317	7,3	124 682	6,1	127 690	6,1
2001	134 471	5,6	131 037	5,1	133 998	4,9
2002	140 567	4,5	138 321	5,6	140 273	4,7
2003	143 472	2,1	142 089	2,7	143 633	2,4
2004	149 313	4,1	147 723	4,0	149 389	4,0
2005	154 269	3,3	151 981	2,9	152 879	2,3
2006	160 855	4,3	155 999	2,6	157 572	3,1
2007	169 319	5,3	163 946	5,1	165 658	5,1
2008	171 983	1,6	165 836	1,2	167 636	1,2
2009	168 504	-2,0	161 639	-2,5	162 800	-2,9
2010	172 670	2,5	167 047	3,3	168 380	3,4
2011	171 016	-1,0	164 901	-1,3	166 364	-1,2

No ano acabado no 4<sup>o</sup> trimestre, a necessidade de financiamento do sector das Administrações Públicas registou uma redução de 3,8 p.p. em relação ao trimestre anterior. Esta redução resultou de uma poupança corrente menos negativa (-8,4 e -9,4 mil milhões de euros no 4<sup>o</sup> e no 3<sup>o</sup> trimestre de 2011) e, simultaneamente, de um aumento do saldo das transferências de capital em 3,8 mil milhões de euros. A melhoria da poupança corrente decorreu da diminuição

O Rendimento Disponível Bruto da nação (RDB) apresentou uma taxa de variação de -1,2% em 2011. A despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registou um decréscimo de 2,2%, o que determinou um aumento de 7,8% da poupança bruta corrente da economia, como se observa no gráfico seguinte.

<sup>3</sup> Quadro disponível no Portal do INE, área Contas Nacionais – Contas Nacionais – 4<sup>o</sup> trimestre de 2011

Sectores Institucionais – Administrações Públicas.



A Formação Bruta de Capital (FBC) para o total da economia registou uma diminuição de 11,9% em 2011 (-0,6% em 2010). A redução da FBC e o aumento da poupança bruta corrente determinaram a redução da necessidade de financiamento externo da economia para 5,1% do PIB (8,3% em 2010).

A Formação Bruta de Capital registou uma diminuição de 7,2% relativamente ao ano terminado no 3º trimestre de 2011. Esta redução e o aumento referido da poupança bruta corrente tiveram como consequência a diminuição das necessidades de financiamento para 5,1% do PIB (6,5% no ano terminado no 3º trimestre de 2011).

unidade: % do PIB

Ano	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade de liquida de financiamento
1996	19,8	2,2	24,2	-2,2
1997	20,1	2,7	26,2	-3,5
1998	20,5	2,3	28,1	-5,3
1999	19,8	2,3	28,7	-6,6
2000	17,7	1,5	28,4	-9,2
2001	17,1	1,6	27,7	-9,0
2002	17,2	1,8	25,7	-6,7
2003	16,8	2,3	23,5	-4,4
2004	15,7	1,7	24,0	-6,5
2005	13,2	1,4	23,5	-8,8
2006	12,3	1,3	23,0	-9,5
2007	12,7	1,1	22,7	-8,9
2008	10,6	1,0	22,9	-11,4
2009	9,4	1,2	20,2	-9,6
2010	9,9	1,3	19,6	-8,3
2011	10,8	1,4	17,3	-5,1

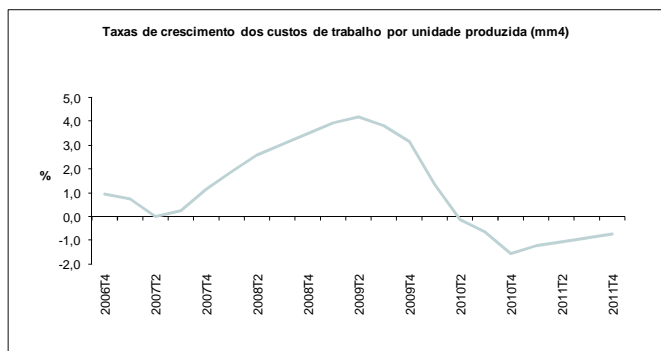
### Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP): redução em 0,7% no 4º trimestre de 2011

Em 2011, a remuneração média<sup>4</sup> registou uma diminuição que se terá situado em -0,8% (-0,4% no ano acabado no 3º trimestre e 1,4% em 2010). Esta evolução refletiu em larga medida a diminuição das despesas com remunerações do setor das AP (-8,2% em 2011).

Em termos de evolução trimestral (mm4), no 4º trimestre de 2011, o Rendimento Disponível Bruto da nação diminuiu 1%, registando assim uma taxa de variação idêntica à do RNB. A despesa de consumo final da economia (que engloba a despesa de consumo final das Famílias e das Administrações Públicas) diminuiu 1,2%, determinando um aumento de 0,8% da poupança bruta corrente da economia (4,3% no ano acabado no trimestre anterior).

A diminuição da remuneração média determinou a continuação da variação negativa dos CTUP em 0,7% em 2011 (-0,9 no ano acabado no 3º trimestre e -1,6% em 2010). No entanto, o efeito da diminuição da remuneração média foi atenuado pelo comportamento da produtividade aparente da economia.

<sup>4</sup> Remuneração por trabalhador.



### Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Sector Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 3º trimestre de 2011, é de destacar:

- (i) A incorporação da informação referente ao setor das AP preparada no âmbito da notificação do Procedimento dos Défices Excessivos;
- (ii) A alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) (ver "Destaque" de 9 de março passado);

- (iii) Incorporação de informação trimestral sobre prestações sociais pagas por fundos de pensões disponibilizada pelo Instituto de Seguros de Portugal;
- (iv) Outras alterações decorrentes da utilização de informação de base revista, nomeadamente das estatísticas da Balança de Pagamentos, nomeadamente ao nível dos fluxos de rendimentos de propriedade com o exterior. Esta revisão teve impacto sobretudo na distribuição trimestral destes fluxos em 2011.

### Emprego no setor das Administrações Públicas

O Instituto Nacional de Estatística apurou, pela primeira vez, estimativas trimestrais sobre o emprego, na ótica da Contas Nacionais, para o setor institucional das Administrações Públicas. Estas estimativas têm ainda um caráter preliminar e serão ajustadas em função dos dados anuais que serão compilados no âmbito das contas nacionais anuais.

A compilação destes dados trimestrais foi efetuada utilizando informação sobre o número de empregados com descontos mensais para o sistema da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e para o regime geral da Segurança Social.

Neste cálculo foram considerados apenas os empregados com vínculo a entidades que estão integradas no setor institucional das Administrações Públicas.

O quadro seguinte sintetiza os resultados para o período compreendido entre o 1º trimestre de 2010 e o último trimestre de 2011.

Trimestres	Número de empregados
1ºT 2010	630.6
2ºT 2010	627.1
3ºT 2010	621.6
4ºT 2010	621.3
1ºT 2011	618.3
2ºT 2011	613.2
3ºT 2011	602.5
4ºT 2011	597.8

Unidade: milhares de indivíduos





### Programa de transmissão das Contas Trimestrais por Sector Institucional

As Contas Trimestrais por Sector Institucional são reportadas 90 dias após o trimestre de referência, de acordo com o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho N.º: 1161/2005 e o programa de transmissão SEC95, actualizado pelo Regulamento do Parlamento Europeu e Conselho (CE) N.º: 1392/2007 de 13 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento do Conselho (CE) N.º: 2223/96 no que respeita à transmissão de dados de contas nacionais.

Este programa de transmissão abrange as operações e saldos, não ajustados de sazonalidade, que a seguir se listam, que são compilados para os sectores, **Sociedades Não Financeiras (S11)**, **Sociedades financeiras (S12)**, **Administrações Públicas (S13)**, **Famílias e Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S1M)**, **total da economia (S1)** e **Resto do Mundo (S2)**:

#### - Operações sobre bens e serviços (P):

- P.1 Produção
- P.2 Consumo intermédio
- P.3 Despesa de consumo final
  - P.31 Despesa de consumo individual
  - P.32 Despesa de consumo colectivo
- P.4 Consumo final efectivo
  - P.41 Consumo efectivo individual
  - P.42 Consumo efectivo colectivo
- P.5 Formação bruta de capital
  - P.51 Formação bruta de capital fixo
  - P.52
- Variação de existências
- P.53 Aquisições líquidas de cessões de objectos de valor
- P.6 Exportação de bens e serviços
  - P.61 Exportação de bens
  - P.62 Exportação de serviços
- P.7 Importação de bens e serviços
  - P.71 Importação de bens
  - P.72 Importação de serviços

#### - Operações de distribuição (D)

- D.1 Remunerações dos empregados
  - D.11 Ordenados e salários
  - D.12 Contribuições sociais dos empregadores
    - D.121 Contribuições sociais efectivas dos empregadores
    - D.122 Contribuições sociais imputadas dos empregadores
- D.2 Impostos sobre a produção e a importação

- D.21 Impostos sobre os produtos
- D.29 Outros impostos sobre a produção
- D.3 Subsídios
- D.31 Subsídios aos produtos
- D.39 Outros subsídios à produção
- D.4 Rendimentos de propriedade
- D.41 Juros
- D.42 Rendimentos distribuídos das sociedades
- D.43 Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos
- D.44 Rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros
- D.45 Rendas
- D.5 Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.
- D.6 Contribuições e prestações sociais
- D.61 Contribuições sociais
- D.62 Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie
- D.63 Transferências sociais em espécie
- D.7 Outras transferências correntes
- D.71 Prémios líquidos de seguros não-vida
- D.72 Indemnizações de seguros não-vida
- D.73 Transferências correntes entre administrações públicas
- D.74 Cooperação internacional corrente
- D.75 Transferências correntes diversas
- D.8 Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões
- D.9 Transferências de capital
- D.91 Impostos de capital
- D.92 Ajudas ao investimento
- D.99 Outras transferências de capital

**- Outros registos de acumulação (K)**

- K.1 Consumo de capital fixo

**- Saldos (B)**

- B.1 Valor acrescentado / B.1\* Produto interno
- B.2/B.3 Excedente de exploração/ Rendimento misto
- B.5 Saldo dos rendimentos primários / B.5\* Rendimento nacional
- B.6 Rendimento disponível
- B.7 Rendimento disponível ajustado
- B.8 Poupança
- B.9 Capacidade/necessidade líquida de financiamento